

A prospecção de “O aparelho formal da enunciação”

The prospection of “The formal apparatus of enunciation”

Fábio Aresi¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, RS, Brasil.

¹ Doutorando em Letras/Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialidade em teorias do texto e do discurso.
 <http://orcid.org/0000-0003-0582-3199>
E-mail: fabio_koy@yahoo.com.br

Recebido em: 30/10/2018.
Aprovado em: 14/1/2019.
Publicado em: 23/9/2019.

Endereço para correspondência:
Instituto de Letras
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500 - Agronomia
91540-000, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo a realização de uma leitura do artigo de Émile Benveniste intitulado “O aparelho formal da enunciação” (1970), normalmente considerado como um trabalho de sistematização metodológica da reflexão enunciativa desenvolvida pelo linguista ao longo de três décadas, buscando, em complementaridade com essa visão, destacar o seu aspecto prospectivo e de abertura teórica em relação ao estudo da enunciação. Para tanto, quatro pontos são destacados, a partir dos quais acredita-se ser possível contemplar a possibilidade deixada por Benveniste de novas perspectivas para a análise enunciativa. São eles: a) o aspecto da realização vocal da língua; b) o aspecto da semantização da língua; c) o aspecto redimensionado do quadro formal de realização da língua; d) o último parágrafo do artigo, no qual Benveniste fala sobre os desdobramentos futuros do estudo da enunciação.

Palavras-chave: Enunciação. Aparelho formal da enunciação. Análise enunciativa.

ABSTRACT

The present paper aims to analyze Émile Benveniste’s article titled *The formal apparatus of enunciation* (1970), usually considered a work of methodological systematization of the enunciative study developed by the linguist over three decades. In complementarity with such perspective, the goal here is to highlight its prospective and widening aspects regarding the study of enunciation. To do so, four points are emphasized, from which new perspectives for enunciative analysis are made possible. They are: a) the aspect of vocal realization of language; b) the aspect of semantization of language; c) the resized aspect of the formal framework of its realization; d) the last paragraph of the article, in which Benveniste addresses the future developments of the enunciative study.

Keywords: Enunciation. Formal apparatus of enunciation. Enunciative analysis.

Introdução

É comum, dentre os estudiosos de Émile Benveniste, conceber o estudo intitulado “O aparelho formal da enunciação” (1970)¹ como o trabalho de síntese do linguista acerca de sua reflexão enunciativa, o que não constitui propriamente um erro. O texto de 1970, cujo título é o único da obra benvenistiana a conter o termo “enunciação”, é sem dúvida aquele no qual o fenômeno enunciativo é o tema central. É nele que Benveniste organiza os aspectos metodológicos do estudo da enunciação, e é nele que encontramos a célebre definição do conceito de enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Textualmente falando, trata-se da única definição teórica explícita da enunciação em toda sua obra².

No entanto, a consideração de “O aparelho” nos estudos enunciativos geralmente deixa escapar dois problemas relativos ao estatuto teórico desse texto em relação aos demais trabalhos de Benveniste, os quais, em seu conjunto, constituem o que se convencionou chamar de Teoria da Enunciação. O primeiro desses problemas consiste na constatação de que o texto de 1970, sendo aquele que mais explicitamente tratou do estudo da enunciação, é comumente lido em uma relação “sincrônica” com os demais textos do linguista, sem a devida atenção ao fato de que ele na verdade constitui uma organização metodológica de trabalhos desenvolvidos em diferentes épocas, e que tomam o fenômeno enunciativo a partir de diferentes aspectos (pronomes, tempos verbais, a relação forma/sentido, níveis da

análise linguística, etc.). Como afirma Flores (2013), “*O aparelho... condensa os mais de quarenta anos de reflexão linguística sobre a enunciação. Trata-se, portanto, de um momento-síntese da obra enunciativa de Benveniste*” (FLORES, 2013, p. 161). O segundo problema está relacionado ao fato de que, na parte final do texto “O aparelho”, somos surpreendidos por uma súbita quebra. Ainda nas palavras do autor:

[...] as duas páginas finais do artigo são intrigantes: nelas, Benveniste fala sobre coisas que, aparentemente, têm pouca coesão com o caminho adotado no texto. Se o leitor está bem lembrado, trata-se especialmente da referência à disputa verbal praticada pelos merinas – o *hain-teny* – e à comunhão fática definida por B. Malinowski. Ora, esses temas têm mais proximidade com as questões antropológicas da reflexão de Benveniste do que propriamente com as discussões em torno do projeto enunciativo (FLORES, 2013, p. 176).

Como explicar essa aparente discordância interna do texto? Por que, no final de um texto de ordem sintética, no qual Benveniste dialoga com estudiosos de sua própria área³, e cujo objetivo é, até então, o de “definir a enunciação no quadro formal de sua realização” (BENVENISTE, 2006, p. 83), o linguista se volta para os “limites do diálogo”, abrindo de maneira prospectiva o horizonte teórico da enunciação para amplas perspectivas de análise das “formas complexas do discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 90)? Uma maneira de explicar isso é dizer que Benveniste visava, a partir dos últimos anos da década de 1960, a uma perspectiva mais ampla do estudo da linguagem. Basta lembrar que o texto de 1970 é contemporâneo do artigo

¹ Texto que integra o segundo volume de *Problemas de linguística geral II*, do qual constitui o Capítulo 5. Doravante, por comodidade, passarei a me referir a ele abreviadamente, como “*O aparelho*” e como “texto de 1970”. Quanto aos dois volumes de *Problemas de linguística geral*, estes serão citados como *PLG I* e *PLG II*, respectivamente.

² O aspecto terminológico e nocional da enunciação na teoria benvenistiana é o tema central do estudo de Ono (2007), intitulado *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*.

³ Embora seja mais conhecido por sua publicação em *PLG II* (1974), conforme já salientado em nota, o texto “O aparelho formal da enunciação” foi publicado originalmente em março de 1970, a pedido do linguista Tzvetan Todorov, no décimo sétimo número de *Langages*, revista francesa voltada para o campo da linguística. Essa última informação é relevante na medida em que boa parte dos artigos de Benveniste dialogam com outras áreas do conhecimento, tendo sido publicados em revistas de público não-linguista.

“Semiologia da língua” (1969), no qual Benveniste situa a língua no centro de um debate que vai muito além da investigação linguística. Não é fortuita a constatação de Flores (2013): “Os temas que encerram *O aparelho...* estão muito melhor abrigados na teorização de ‘Semiologia da língua’” (FLORES, 2013, p. 176). Assim, se, por um lado, o texto de 1970 pode ser considerado como um “ponto de chegada” da reflexão enunciativa, por outro, ele configura-se também como um “ponto de abertura”, na medida em que é possível depreender, a partir de sua leitura, um movimento de ampliação do escopo teórico da enunciação em relação aos fatos da língua, ao mesmo tempo em que ele deixa, para estudos futuros, novas possibilidades de análise sob a perspectiva enunciativa. Este é o seu caráter programático⁴.

É em torno dessa última faceta do texto “O aparelho” que o presente trabalho se desenvolve. O meu objetivo é, portanto, o de realizar uma leitura do texto de 1970 a partir do que nele se apresenta como prospectivo em relação à teoria esboçada por Benveniste. Trata-se de uma leitura parcial, não cabendo aqui convocar o texto “O aparelho” na sua integralidade, quanto menos dar conta de todo o seu conteúdo. Assim, a ideia não é a de exaustividade. Meu intuito é tão somente o de apontar para alguns pontos prospectivos do texto em questão, discutindo em que medida eles possibilitam o desenvolvimento de novas abordagens anunciadas, isto é, o quanto é possível desenvolver em termos de desdobramentos teóricos no escopo da perspectiva enunciativa a partir deste aspecto programático do texto benvenistiano de 1970, ainda que, mesmo aqui, relações possam ser estabelecidas entre ele e os trabalhos anteriores de Benveniste.

⁴ Esta talvez se configure como uma das principais características dos trabalhos de Benveniste realizados no âmbito da enunciação. De fato, é possível observar que em muitos de seus textos de *PLG I* e *PLG II* o linguista deixa o desenvolvimento da discussão neles abordados como tarefa para estudos futuros, talvez já antevendo o estabelecimento de um campo de estudos voltados para a questão do “homem na língua”. O maior exemplo disso é o texto “Semiologia da língua”, de 1969, onde percebemos claramente o endereçamento do autor ao desenvolvimento de uma “semiologia geral”.

Para tanto, o trabalho se encontra organizado em quatro itens. Os dois primeiros decorrem da seguinte afirmação de Benveniste em “O aparelho”: “Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos” (BENVENISTE, 2006, p. 82). É inegável que tal passagem constitui uma abertura da reflexão enunciativa ao colocar a possibilidade de se olhar para a enunciação a partir de diferentes enfoques. Cabe, nestes dois primeiros itens, examinar a enunciação, respectivamente, a partir do aspecto da “realização vocal da língua”, e a partir do aspecto da “semantização da língua”. O terceiro item está contido no terceiro aspecto deixado por Benveniste no texto de 1970, o do “o quadro formal de realização da língua”. A tarefa, aqui, é ver em que medida o linguista amplia o alcance teórico da enunciação em relação ao quadro formal da língua, a partir da consideração às noções de “índices específicos” e “procedimentos acessórios”. Por fim, o quarto item é voltado para a discussão do último parágrafo do texto “O aparelho”, de caráter essencialmente programático, no qual Benveniste fala sobre os desdobramentos futuros do campo enunciativo.

1 O aspecto enunciativo da realização vocal da língua: uma nova possibilidade de análise da enunciação

Quando Benveniste afirma que a enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos, não deixa de ser intrigante o fato de o linguista colocar, como primeiro dentre os três aspectos por ele elucidados, o da “realização vocal da língua”. Não só isso: para o autor, este aspecto da enunciação é “o mais imediatamente perceptível e o mais direto” (BENVENISTE, 2006, p. 82). De fato, a materialidade fônica é o meio mais direto de acesso à língua⁵, o

⁵ Tal como Benveniste, restrinjo-me, aqui, à língua falada. Não desconsidero a materialidade gráfica da escrita nem a materialidade gestual das línguas de sinais, as quais, acredito, não fogem ao estatuto de singularidade da enunciação. No entanto, interessa-me aqui unicamente o aspecto vocal da enunciação.

que percebemos de imediato no seu uso, o veículo que transporta o sentido de cada enunciação de um parceiro a outro na instância de discurso. A ênfase aqui é dada, portanto, ao estatuto oral da enunciação, o que acarreta, no mínimo, dois problemas.

Em primeiro lugar, analisar a enunciação do ponto de vista de sua realização vocal implica coadunar, na análise, as duas naturezas distintas do mesmo fenômeno: a natureza “física” e a natureza “linguística”, uma vez que a linguagem é, tal como afirma Benveniste em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), “uma entidade de dupla face” (BENVENISTE, 2005, p. 30):

A linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em *dois planos*. De um lado é um fato *físico*: utiliza a mediação do *aparelho vocal* para produzir-se, do *aparelho auditivo* para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma *estrutura imaterial*, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação” (BENVENISTE, 2005, p. 30, grifos meus).

Assim, a questão aqui gira em torno de como se articulam estes dois planos, ou ainda, de averiguar como a materialidade vocal constitui a enunciação, ao mesmo tempo a partir de um estatuto singular, tomada enquanto “som”, já que, “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” (BENVENISTE, 2006, p. 82-83), e a partir de um estatuto mais estável, tomada enquanto “forma sonora” que configura o sistema linguístico. Tudo leva a crer que a condição da análise enunciativa da realização vocal da língua, esta configurada como um elemento suprasegmental da linguagem, não pode ser feita sem levar em conta conjuntamente os seus elementos segmentais. Em outras palavras, abordar o nível vocal da língua, em uma perspectiva enunciativa, implica relacioná-lo aos demais níveis de análise da língua, procurando averiguar como se dá

essa relação entre os níveis, como eles interagem na produção de sentido, e o que tal relação revela a respeito do papel do locutor no funcionamento da língua. Este ponto se encontra, de certa forma, manifesto no texto de 1970, uma vez que Benveniste faz referência, mesmo que indiretamente, ao aspecto fônico da enunciação ao discorrer sobre as próprias funções sintáticas da língua. Desse modo, ao falar sobre a “interrogação”, o linguista afirma: “Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, *entonação*, etc., derivam deste aspecto da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 86, grifo meu). Da mesma forma, acerca da função sintática da “asserção”, Benveniste diz: “Em seu rodeio sintático, como em sua *entonação*, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 86 grifo meu). Portanto, se a análise da enunciação a partir de seu aspecto sintático implica a consideração conjunta dos diferentes níveis de análise da língua, dentre os quais o da “entonação”, elemento de natureza fônica, o mesmo também ocorre no inverso, isto é, a análise da enunciação a partir do aspecto da realização vocal da língua supõe uma interação entre os níveis de análise⁶.

Em segundo lugar, percebemos que, em “O aparelho”, a ênfase é dada não só à enunciação fônica enquanto emissão, mas também enquanto recepção, afinal, Benveniste fala, no texto de 1970, sobre os “sons emitidos e percebidos” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Isso mostra que a intersubjetividade é também aqui um fundamento de análise, ao mesmo tempo em que coloca um impasse: seria a consideração à realização vocal da língua distinta nas instâncias de emissão e de percepção dos sons? Ou ainda, se a enunciação

⁶ A esta particularidade da análise enunciativa, Flores (2009, 2010) e Cardoso (2010) dão o nome de *transversalidade enunciativa*. Assim, a enunciação não se configura como mais um nível de análise da língua; ela é transversal a todos os níveis, perpassando-os e engendrando-os no uso da língua pelo locutor; e isso se reflete no processo de análise.

supõe o estabelecimento de referência pelo locutor e de correferência pelo interlocutor, no e pelo discurso, essa correferência atribuída pelo outro consistiria em uma nova enunciação?

Os dois problemas teóricos acima citados acarretam sobretudo uma dificuldade metodológica: embora o texto de 1970 introduza, como nova possibilidade de análise da enunciação, o aspecto de realização vocal da língua, esta introdução não expõe o modo pelo qual este tipo de análise se realizaria. O que vemos é tão somente a problematização do método empregado pela prática linguística ao se considerar os sons emitidos e percebidos da língua sob o ponto de vista enunciativo. Elaborar um *modus operandi* para a análise da enunciação a partir deste aspecto constitui, dessa forma, uma das tarefas necessárias ao desenvolvimento de tal perspectiva. Para dar apenas um exemplo da dificuldade envolvida, em que medida a transcrição de dados de fala – elemento fundamental da análise enunciativa – pode dar conta do aspecto vocal da enunciação? Poderíamos sequer sustentar a afirmação de que este aspecto enunciativo pode ser apreendido e mostrado através da passagem do oral ao escrito? O impasse está colocado⁷. No entanto, o que parece ser já um consenso, dada a interdependência entre os níveis linguísticos na análise da enunciação, é que o estudo do aspecto vocal da enunciação deverá levar em conta as relações “sintático-prosódico-enunciativas” que se estabelecem a cada instância de uso da língua.

Enfim, acredito que estes exemplos sejam, por si só, suficientes para elucidar as potencialidades de análise que a perspectiva enunciativa sob o aspecto da realização vocal da língua, aberta por Benveniste no texto “O aparelho”, possibilita, assim como os problemas que suscita.

⁷ Intenso debate tem sido realizado a respeito do estatuto da transcrição sob a ótica enunciativa, no qual se reconhece com certa unanimidade que o ato de transcrever uma fala se configura também como um ato enunciativo. Ou seja, a transcrição, na perspectiva enunciativa, supõe uma dupla instância enunciativa, configurando-se sempre como uma enunciação sobre outra enunciação. Para mais sobre o assunto, ver Flores (2006) e Surreaux (2006).

2 O aspecto enunciativo da semantização da língua: retomando uma questão inacabada

Ao afirmar, no texto de 1970, que a enunciação pode ser estudada sob diferentes aspectos, Benveniste coloca como segunda dessas possibilidades a “semantização da língua”, entendida como o mecanismo de conversão individual da língua em discurso. Segundo o linguista, tal abordagem da enunciação “conduz à teoria do signo e à análise da significância” (BENVENISTE, 2006, p. 83), problemática essa detidamente estudada nos textos em que Benveniste elabora sua célebre distinção entre os planos “semiótico” e “semântico” da língua.

No entanto, o linguista é enfático ao afirmar, no texto “O aparelho”, que a questão acerca de “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (BENVENISTE, 2006, p. 83) permanece ainda como um problema “muito difícil e pouco estudado”. Nesse sentido, é válido afirmar que, se, por um lado, este aspecto da enunciação remete a trabalhos anteriores de Benveniste, como *A forma e o sentido na linguagem* (1966)⁸ e “Semiologia da língua” (1969), por outro, essa remissão não constitui propriamente uma síntese conclusiva acerca da questão; pelo contrário, o aspecto da semantização se apresenta, no texto de 1970, como um aspecto programático, o que mostra que tal problemática não havia sido inteiramente resolvida pelo linguista. Ora, ainda que a leitura dos textos acima mencionados nos permita constatar que Benveniste tenha magistralmente definido o quadro da significação linguística a partir da necessária distinção entre os modos semiótico e semântico da língua, o

⁸ Cabe aqui o adendo de que, embora o aspecto da semantização da língua esteja inegavelmente ligado à reflexão presente no texto “A forma e o sentido na linguagem” (1966), este texto não apresenta sequer uma vez a utilização do termo “enunciação”. Com isso, não quero dizer que a discussão presente neste não diga respeito à enunciação, mas sim que os textos de 1966 e de 1970 apresentam as suas especificidades, relativas à abordagem teórica em vista do público para o qual se destinam cada um deles.

mesmo não pode ser dito de forma tão categórica a respeito de como tais planos de significância interagem entre si no funcionamento da língua. Em outras palavras, não há uma resposta conclusiva sobre como se daria, na enunciação, a passagem de semiótico a semântico. É inegável que haja interdependência entre eles, e isso Benveniste o coloca de forma clara em “A forma e o sentido na linguagem” (1966): “Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos” (BENVENISTE, 2006, p. 233). Um é fundamento para o outro; semiótico e semântico constituem-se mutuamente; enunciar é semantizar o semiótico, é esse processo que constitui a língua como um todo.

Todavia, se, no texto de 1966, Benveniste afirma que esta passagem de língua a “língua-discurso” se produz através da “sintagmatização das palavras”⁹, no texto “Semiologia da língua” (1969), o linguista postula que “do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa” (BENVENISTE, 2006, p. 66). Ao que tudo indica, este impasse segue aberto no texto “O aparelho”, um impasse deixado como questão ainda por ser respondida, mas que deve necessariamente levar em conta a reflexão elaborada nos textos anteriores do linguista.

Sobre esse ponto em particular, não deixa de ser curioso que Benveniste, ao tratar deste segundo aspecto da enunciação, abre uma nota de rodapé, na qual afirma: “Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiotica*, I, 1969” (BENVENISTE, 2006, p. 83).

⁹ No entanto, é interessante voltarmos nossa atenção para a pergunta lançada a Benveniste por J. C. Piguet ao final do texto “A forma e o sentido na linguagem” (1966), na sessão de “debate”. Piguet questiona: “Parece então que a semiótica e a semântica formam dois planos que dependem senão de métodos, ao menos de ideias epistemológicas ou metodológicas distintas. A semântica pressuporia um método global de apreensão do sentido. Por oposição, o método ou a direção do espírito requerido pela semiótica seria de composição ou de decomposição, portanto analítico e não global. Minha questão é, face a isto, a seguinte: como estes dois métodos se reúnem no interior da linguística? Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra do tipo global não analítico?” (BENVENISTE, 2006, p. 239). Benveniste tangencia essa questão, argumentando que “esta é uma questão fortemente antecipadora”. Nota-se, aí, o caráter ainda propositivo da discussão levantada pelo linguista, caráter este que se reflete no texto de 1970.

Trata-se justamente do texto “Semiologia da Língua” (1969). Podemos, com isso, ser levados a pensar que a reflexão contida neste segundo aspecto da enunciação seja de caráter inteiramente retrospectivo, e que ela tenha se dado por encerrada no trabalho citado. No entanto, não é assim que penso. Ora, ainda que tais textos sejam contemporâneos em sua produção, não podemos afirmar que eles se equivalem em termos de tema. No texto de 1969, o interesse de Benveniste, como o próprio título indica, é pensar os princípios de uma “semiologia da língua”. No final deste mesmo trabalho, Benveniste conclui que é necessária uma ultrapassagem da noção saussuriana de signo como princípio único da semiologia. Tal ultrapassagem, para ele, dar-se-á por duas vias: “na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica [...]; na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metasemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 67). Assim, a enunciação, embora compareça na reflexão semiológica, apresenta lá uma função operatória, não sendo propriamente o objeto do estudo. A questão que o artigo “O Aparelho” parece trazer é a de como pensar a questão da dupla significância da língua, propriedade semiológica que a coloca como o sistema interpretante de todos os demais, no seio de uma reflexão sobre a enunciação. As três perguntas que Benveniste condensa em uma única frase no texto de 1970 são aqui fundamentais, e dão o testemunho da incompletude dessa reflexão: “Aqui a questão [...] é ver *como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’*, em que medida se pode *distinguir entre as duas noções* e em que termos *descrever sua interação*” (BENVENISTE, 2006, p. 83, grifos meus).

Trata-se, em suma, um aspecto programático da enunciação que, ao mesmo tempo, implica um retorno à obra do autor. Mesmo configurando-se como uma difícil problemática, cujas perguntas superam largamente as respostas (ou talvez por esse mesmo motivo), o aspecto da semantização

da língua constitui uma valiosa fonte de pesquisa no campo enunciativo, possibilitando o desenvolvimento de diversos estudos, voltados para os mais diversos interesses¹⁰.

3 O aspecto da definição da enunciação no quadro formal de sua realização: ampliando o papel enunciativo no funcionamento da língua

É característica notória do texto “O aparelho” o alargamento que Benveniste concede ao escopo teórico da enunciação ao descrevê-la a partir de seu quadro formal de realização. Uma vez comparado com os demais textos de *PLG I* e *PLG II* cujo tema da enunciação se faz mais presente, é fácil perceber que a amplitude teórica dada à enunciação no texto de 1970 o coloca mais próximo das formulações de caráter global realizadas nos estudos mais tardios do linguista, para além das categorias específicas de “pessoa”, “tempo” e “espaço” presentes nos trabalhos das décadas de 1940 e 1950¹¹. No entanto, por mais próximo que esteja de outros textos que contemplem o fenômeno enunciativo a partir de uma perspectiva mais global¹², o texto “O aparelho”

¹⁰ Não são poucos os desenvolvimentos teóricos elaborados a partir desta problemática colocada por Benveniste. No plano teórico, constituem exemplos de discussões contemporâneas decorrentes do aspecto da semantização da língua as teorias desenvolvidas por Antoine Culioli e Oswald Ducrot, linguistas que, cada um a seu modo, procuram interpretar este ponto emblemático da enunciação: o que está em jogo, em termos de mecanismos linguísticos, na conversão individual da língua em discurso? (ver, respectivamente, DE VOGÛÉ (2011); DUCROT (1987)). No plano analítico, é válido citar o trabalho de Mello (2012), no qual a autora propõe uma perspectiva enunciativa de estudo do texto que tome a sintagmatização e a semantização como operadores da análise do sentido e da singularidade de cada instância de discurso, fazendo convergir, assim, a partir de princípios teórico-metodológicos depreendidos da teoria esboçada por Benveniste, os planos global e analítico da análise enunciativa.

¹¹ Destaco, em especial, os trabalhos “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958). É principalmente nesses textos que Benveniste desenvolve sua reflexão sobre a distinção entre “pessoa” e “não-pessoa”, estabelecendo-a como o princípio que possibilita a conversão da língua em discurso.

¹² Desta vez, refiro-me aos textos benvenistianos desenvolvidos durante a década de 1960, mais especificamente, os artigos “Os níveis da análise linguística” (1964) e “A forma e o sentido na linguagem” (1966), nos quais o conceito de *frase* se formula e é erigido como a unidade do discurso.

constitui um caso à parte, pois é nele que Benveniste amplia categoricamente o papel da enunciação no que diz respeito ao funcionamento da língua, ao expor metodicamente as condições desse alcance teórico. Com efeito, esta perspectiva global da enunciação se mostra presente logo no início do texto de 1970, onde lemos a seguinte afirmação:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (BENVENISTE, 2006, p. 82).

A enunciação afeta a língua inteira. É este o seu alcance. O que nos habilita a postular isso? Ora, os aforismos que se seguem no texto “O aparelho” deixam bem claro que a língua se encontra, em sua totalidade, sujeita à enunciação. A própria definição que Benveniste dá para a enunciação o atesta: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Ao enunciar, o locutor coloca a língua em funcionamento, ato que “supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 83), e que se caracteriza como um ato de “apropriação”. Assim, o locutor em exercício de discurso não se serve exclusivamente de marcas formais específicas para produzir sentido; ele se serve da língua, e ao apropriar-se dela, mobilizando-a por sua conta em uma instância singular de discurso, configura-a enquanto língua. Ou seja, da enunciação depende a sua própria estrutura e o funcionamento, uma vez que “antes da enunciação, a língua não é senão *possibilidade de língua*” (BENVENISTE, 2006, p. 83, grifo meu)¹³.

¹³ Como já destaquei, alguns textos de Benveniste de certa forma antecipam esta visão global do fenômeno enunciativo em relação à língua. É, por exemplo, do texto “Os níveis da análise linguística” (1964) a reveladora afirmação: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 140). No entanto, tal concepção ganha valor metodológico sólido apenas no texto de 1970, dedicado especificamente para a enunciação.

Como esta consideração de globalidade da enunciação em relação à língua se fundamenta no texto de 1970? Acredito que isso seja possível se tomarmos a seguinte passagem benvenistiana como a inserção de dois operadores teóricos: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de *índices específicos*, de um lado, e por meio de *procedimentos acessórios*, de outro” (BENVENISTE, 2006, p. 84, grifos meus). Desse modo, se a enunciação se caracteriza como um trabalho individual do locutor com a língua, este trabalho supõe necessariamente a mobilização conjunta de “índices específicos” e de “procedimentos acessórios”, os quais implicam, em conjunto, a própria semantização total da língua.

O que entendo por “índices específicos” e por “procedimentos acessórios”? Em Aresi (2011), tomo o termo “índice” em estreita proximidade com os termos “indicador” e “indicar”, de uso recorrente nos textos benvenistianos para se referir às:

[...] formas específicas das categorias de *pessoa, tempo e espaço*, reveladas na e pela enunciação, e responsáveis por assegurar a referência (eis aqui o sentido de indicar) enquanto condição necessária da enunciação (referência ao ato e à situação de enunciação) (ARESI, 2011, p. 272, grifos no original).

Assim, o conceito de “índices específicos” estaria relacionado aos elementos linguísticos analisados nos trabalhos mais anteriores de Benveniste, mencionados no início deste item. Isso fica claro quando o linguista afirma, um pouco mais adiante no texto “O aparelho”, sobre a referência interna da enunciação:

A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de *formas específicas*, cuja função é *colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação* (BENVENISTE, 2006, p. 84, grifos meus).

Aqui, o conceito de “referência” nada tem a ver com a relação entre as unidades linguísticas e o que elas designam no mundo. Quando Benveniste fala em um “centro de referência interno”, o conceito de “referência” está atrelado à propriedade de “sui-referencialidade” de certas unidades linguísticas, isto é, à característica que esses elementos constitutivos das categorias de “pessoa”, “tempo” e “espaço” possuem de remeter não a uma realidade “objetiva”, mas sim ao seu próprio emprego. Ao fazê-lo, tais indicadores possibilitam ao locutor colocar-se “em relação constante e necessária com sua enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 84)¹⁴.

Quanto aos “procedimentos acessórios” da enunciação, entendo-os como o processo de “agenciamento das formas”, o que coloca o texto de 1970 desta vez em estreita relação com as formulações globais dos textos mais tardios de Benveniste. Ora, quando o linguista afirma que, “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (BENVENISTE, 2006, p. 86), isso não me parece outra coisa senão a semantização total da língua. Em outras palavras, trata-se da

¹⁴ A relação desta definição de referência com a seguinte passagem do texto “A natureza dos pronomes” (1956) é clara: “[...] as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. [...] Qual é, portanto, a “realidade” a qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal” (PLG I, p. 278, grifos do autor). Mais adiante no mesmo texto, Benveniste afirma: “O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso. [...] Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflatam assim o seu próprio emprego” (Ibid., p. 280, grifos do autor). Assim, destaco aqui a importância de se distinguir, no escopo da teoria enunciativa benvenistiana, uma dupla noção de referência. Trata-se de, de um lado, de “referência” enquanto capacidade de se empregar a língua “para a expressão de uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 84), e de “sui-referência” como a propriedade única de alguns elementos da língua de remeterem à própria instância de discurso que os contém, a qual instaura as condições iniciais de apropriação da língua pelo locutor, que “vão reger todo o mecanismo de referência no processo de enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 84).

[...] conversão total da língua em discurso e a constituição do sentido a partir da escolha e do agenciamento das formas por um locutor no uso efetivo da língua. O aparelho formal da enunciação, assim, não diz respeito a apenas uma parte da língua: esta se encontra inteiramente sujeita à enunciação (ARESI, 2011, p. 273).

Portanto, é considerando a enunciação a partir das operações sintagmáticas que ela governa, como ocorre em *Os níveis da análise linguística* (1964) e *A forma e o sentido na linguagem* (1966), que Benveniste afirma: “Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um *aparelho de funções*” (BENVENISTE, 2006, p. 86, grifos meus), trazendo como exemplos a “interrogação”, a “intimação” e a “asserção”. Segue-se daí que, na perspectiva enunciativa, este “aparelho de funções” é analisado a partir da relação que ele mantém com a instância de discurso, estando sempre a serviço do locutor, desde o momento em que este “se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (BENVENISTE, 2006, p. 86). Ou seja, a sintaxe aqui é vista do ponto de vista do sentido, sendo a enunciação aquela que fornece as condições de sua organização.

As funções sintáticas são, em suma, procedimentos de organização sintagmática constituintes do aparelho formal da enunciação. Vou mais além: se podemos dizer que o locutor se apropria do aparelho formal da língua, e, com ele, elabora, a cada vez, um aparelho formal da enunciação, cuja configuração é sempre singular, então é válido afirmar que o aparelho formal da enunciação compreende toda a língua, sendo ele o responsável por sua atualização.

No entanto, é importante ressaltar que, ao falar de “sintaxe”, não se pode considerá-la da mesma forma que a postulada por estudos de ordem formal, tais como os pertencentes à Teoria Gramatical. Tomar a sintaxe como

parte integrante da enunciação significa, dessa forma, considerá-la como da ordem do singular, atividade do locutor com a língua para correferir com o seu parceiro em uma situação única, no e pelo discurso¹⁵. Assim, a intersubjetividade é aí também um fundamento de análise. Tal condição revela o caráter não generalizável da descrição enunciativa, o que a distância dos estudos sintáticos tradicionais.

Nesse sentido, incorporar a sintaxe ao escopo teórico da enunciação não significa que seja possível descrever exhaustivamente os empregos da língua na forma de uma “gramática da enunciação”, o que iria de encontro ao próprio estatuto da enunciação, singular por natureza¹⁶. A enunciação seria destituída, assim, de uma “gramática”? Não necessariamente. Podemos falar do “aparelho formal da enunciação” como uma espécie de “gramática”, desde que a concebamos como um mecanismo que se reconfigura a cada instância de uso da língua, sempre mediante a relação do locutor com língua¹⁷.

Em última análise, o texto de 1970, ao considerar o aparelho formal da enunciação como constitutivo da língua em todos os seus níveis, permite mostrar que todo e qualquer fenômeno linguístico carrega em si a

¹⁵ Trago aqui uma passagem de Flores *et al.* (2008) que esclarece bem esta questão: “*Sintaxe*, nesta Teoria, é termo muito próximo de *atualização*: língua em uso é palavra *no enunciado*, em convívio com outras palavras, em convivência com outras palavras, apresentando um sentido compatível com a ideia que é expressa. Assim concebida língua em uso, o agenciamento de signos na língua é comandado pela ‘ideia’, e a seleção de um signo implica a seleção de outro, de modo que um certo ‘arranjo’ se faça. É por isso que o uso da língua não comporta propriamente signos: esta ‘sintaxe’ promovida pelo sujeito que atribui referência se ‘molda’ à ‘ideia’, de maneira que o enunciado, singular e único, apresente também um ‘arranjo’ singular e único. Nesta visão, o sentido requer *uma* sintaxe, uma certa organização de palavras é promovida pelo sujeito que expressa uma ideia: a atribuição de referência implica um processo – sintagmatização-semantização – termo que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa” (FLORES *et al.*, 2008, p. 72-73, grifos dos autores).

¹⁶ Uma tal abordagem se enquadraria mais no que Benveniste nomeia, no início do texto de 1970, de estudo do “emprego das formas”, em tudo diferente do estudo do “emprego da língua”, este sim ligado à enunciação.

¹⁷ Nas palavras de Flores *et al.* (2008): “O que foi dito não impede que pensemos que a enunciação tem uma *gramática*, agora entendida como arranjo linguístico promovido pelo sujeito” (FLORES *et al.*, 2008, p. 37, grifo dos autores). Ou seja, “*fazer* a gramática de uma língua, do ponto de vista enunciativo, é tratar dos aspectos envolvidos no seu uso em dada situação” (FLORES *et al.*, 2008, p. 38, grifo dos autores).

potencialidade de um estudo sob a ótica enunciativa, o que faz da teoria benvenistiana uma fonte inesgotável de inspiração teórica, nos mais diversos interesses concernentes à língua. No que tange à análise enunciativa propriamente dita, este talvez constitua o principal ponto de abertura da teoria.

4 As formas complexas do discurso: desdobramentos futuros da perspectiva enunciativa

Esta última parte da reflexão sobre o caráter programático e de “abertura” teórica da perspectiva enunciativa de Benveniste diz respeito ao último parágrafo do texto “O aparelho”, uma conclusão que, longe de dar fechamento à reflexão desenvolvida ao longo do texto de 1970, constitui um desfecho que visa o futuro do campo enunciativo, propondo-lhe novos desdobramentos. É justamente após ter levado a discussão sobre o estudo da enunciação ao “limite do diálogo”, trazendo como exemplos o jogo proverbial dos Merinas, situação do monólogo e uma longa passagem de B. Malinowski sobre a “comunhão fática”, que o linguista conclui:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, 2006, p. 90).

Apesar de sucinto, esse parágrafo de conclusão condensa muita informação, e suas implicações estendem indefinidamente o horizonte da análise enunciativa.

Inicialmente, Benveniste fala sobre a necessidade de se considerar “as alterações lexicais que a enunciação determina” (BENVENISTE, 2006, p. 90). Vemos aqui a perspectiva enunciativa sendo lançada como possibilidade de análise das transformações lexicais, uma vez que é no exercício da língua que tais alterações se revelam. Tal abordagem parece dialogar com os trabalhos do linguista mais voltados para a reconstrução semântica. Neles, o trabalho comparativo de Benveniste busca a gênese do sentido de termos e expressões, tomando sempre como critério os “contextos de emprego” dos elementos analisados. Todo o esforço do linguista consiste, assim, em mostrar, através da análise de empregos particulares de termos para se referir à realidade, como o sentido destes se especializou e diversificou ao longo do tempo. Este critério aparece de forma saliente, por exemplo, no texto “Problemas semânticos de reconstrução” (1954), no qual Benveniste, ao observar a relação semântica entre as raízes formalmente idênticas do indo-europeu **dwei-* (“temer”) e **dwei-* (“dois”), adverte: “a própria análise dessa estrutura semântica tem por condição o estudo dos empregos de **dwei-*” (BENVENISTE, 2005, p. 325)¹⁸.

Talvez a questão mais importante a ser destacada sobre esse primeiro apontamento de Benveniste seja o fato de que, ao incluir a consideração das alterações lexicais no escopo da enunciação, o linguista parece colocar em proximidade o estudo da enunciação e a problemática da relação entre língua e sociedade, tema sobre o qual ele se ocupava com bastante interesse à época, como ilustra seu trabalho de 1968, intitulado “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”. Neste, o autor se propõe a olhar para a relação entre as duas entidades desde um viés “semiológico”, isto é, a partir de uma

¹⁸ Nos *PLG I* e *PLG II*, os estudos de Benveniste mais voltados para as questões de reconstrução semântica se encontram na sexta parte de ambos os volumes, intitulada “Léxico e cultura”. No entanto, os estudos de maior fôlego do linguista sob esse enfoque certamente são aqueles que constituem os dois extensos volumes da obra *O vocabulário das instituições indo-européias* (1969).

relação de “interpretante” com “interpretado”. É quando fala da propriedade fundamental da língua de permitir ao falante incluir-se em seu próprio discurso que Benveniste toma a língua, em sua relação com a sociedade, como uma “prática humana”. Diz ele:

Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classe de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum (BENVENISTE, 2006, p. 101-102).

O mais interessante é que, ao descrever esse uso particular que as coletividades fazem da língua, Benveniste fala em “apropriação”, tal como ocorre no texto “O aparelho”, sendo justamente esse exercício de apropriação da língua – ou seja, o próprio fenômeno da enunciação – o que determina as diferenciações lexicais, da mesma forma como sugere a conclusão programática do texto de 1970. Eis o que se segue à passagem acima citada:

Eu poderia descrever este fenômeno como uma *apropriação* por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se *apropria* dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as *diferenciações lexicais* (BENVENISTE, 2006, p. 102, grifos meus).

No entanto, cabe aqui reconhecer a diferença que se estabelece entre as noções de “apropriação” em ambos os textos. No texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968), vemos o fenômeno da enunciação sob uma perspectiva bem mais ampla em comparação com aquela teorizada no texto “O aparelho”. Neste último, a enunciação, enquanto fenômeno linguístico, é contemplada em seu aspecto individual, sendo assim definida

como “este colocar em funcionamento a língua por um *ato individual* de utilização” (BENVENISTE, 2006, p.82, grifo meu). Trata-se, neste caso, de examinar especificamente a relação que se estabelece entre locutor e língua na e pela enunciação. Benveniste toma, assim, o ato de enunciação como “o fato do locutor que mobiliza a língua *por sua conta*” (BENVENISTE, 2006, p. 82, grifos meus). Desse modo, é enquanto realização individual que a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. Já no texto de 1968, a consideração da relação entre língua e sociedade no ato-processo enunciativo – aqui entendido como “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 102) – permite olhar para a enunciação a partir de um outro ângulo, o qual supõe, é claro, o ato individual de apropriação da língua por um locutor, mas que também o estende a uma apropriação por “coletividades humanas”. Conseqüentemente, a noção de “apropriação” é ressignificada, implicando não apenas a atualização da língua em discurso, como também a transformação da língua via discurso. Acredito, portanto, que é possível olhar para esse trecho final do texto “O aparelho” à luz da reflexão benvenistiana no âmbito da relação entre língua e sociedade, vendo nessa noção mais ampla de “apropriação” um caminho teórico que permita considerar “as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (BENVENISTE, 2006, p. 90)¹⁹.

Após esse emblemático primeiro desdobramento para o estudo da enunciação, Benveniste aponta a necessidade de se distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. O linguista deixa claro, nesse trecho, que a

¹⁹ Cabe ressaltar que este enunciado, tal como colocado por Benveniste, revela-se, de certa forma, ambíguo. Tal como se apresenta, ele deixa em aberto a relação entre o estudo das “alterações lexicais” e da “fraseologia”. Estaria o linguista falando da mesma coisa? De minha parte, tomo-as como da ordem da sinonímia.

enunciação escrita tem estatuto diferenciado em relação à fala, uma vez que ela “se situa em dois planos” (BENVENISTE, 2006, p. 90), ou seja, em duas instâncias enunciativas distintas. Trata-se, de um lado, da instância de escrita, e, de outro, da instância de leitura, configuração esta que foge ao quadro figurativo característico da enunciação falada, exposto por Benveniste ao longo do mesmo texto, e que, por isso, careceria de um exame mais específico. Não é por acaso que a enunciação escrita seja, atualmente, objeto muitos estudos sob o viés enunciativo, sejam eles relativos ao seu primeiro ou ao seu segundo “plano”²⁰.

Assim, as teorizações e análises que se propõem a dar seguimento à reflexão enunciativa voltada para o estudo do texto constituem resultados desse movimento de abertura operado por Benveniste em seus últimos trabalhos, em especial no texto “O aparelho”. Ao fazer conciliar, em sua descrição do aparelho formal da enunciação, os aspectos indiciais e sintagmáticos que regem o funcionamento da língua, Benveniste possibilitou uma gama de abordagens que articulassem o global e o analítico na análise do sentido resultante da relação a cada vez única do locutor com a língua. De certa forma, podemos dizer que essa gama de abordagens já era prevista pelo linguista, como testemunham suas últimas palavras no texto de 1970: “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (BENVENISTE, 2006, p. 90).

²⁰Vale a pena ver aqui como alguns autores interpretaram e deram seguimento à tarefa deixada por Benveniste no texto “O aparelho” no que se refere à escrita. No que diz respeito ao processo de escrita, temos como exemplo o trabalho de Endruweit (2006), no qual se busca abordar a escrita enquanto realização singular do aparelho formal da enunciação e como processo intersubjetivo. No que diz ao segundo processo implicado na enunciação escrita, o da leitura, Naujorks (2011) propõe uma abordagem que considere a leitura como uma modalidade de enunciação, através de um deslocamento teórico da reflexão enunciativa de Benveniste.

Considerações finais

Procurei, ao longo do presente trabalho, abordar o texto benvenistiano “O aparelho formal da enunciação” (1970) a partir de seus pontos prospectivos e de abertura teórica da abordagem enunciativa. Conforme pudemos constatar, o teor prospectivo é tão constitutivo do texto de 1970 quanto o papel que ele cumpre enquanto síntese e organização da teoria, desenvolvida através de estudos heterogêneos ao longo de três décadas.

Assim, ao propor que a enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos, trazendo como exemplos a realização vocal da língua, a conversão da língua em discurso, um ampliado quadro formal de realização da língua, bem como a possibilidade de análise das “formas complexas do discurso”, Benveniste lança a perspectiva enunciativa como viés teórico possível a toda e qualquer manifestação da língua no seio da vida humana.

Especificamente sobre os três aspectos da enunciação apresentados por Benveniste no texto “O aparelho”, cabe-nos ainda reconhecer a não-equivalência epistemológica entre eles. Ora, no primeiro caso, a atenção é voltada para um fenômeno empírico: o da realização vocal da língua. Assim, quando Benveniste fala em “enunciação fônica”²¹, o que está em jogo ali é a própria “emissão sonora” envolvida no ato de enunciação. Já o segundo caso trata do “mecanismo” de conversão da língua em discurso que a enunciação supõe. Trata-se, como diz o linguista, de explicar “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (BENVENISTE, 2006, p. 83), o que constitui, portanto, uma investigação de ordem teórica. No terceiro caso (o qual constitui de fato o objeto próprio do texto de 1970), o que temos é uma sistematização metodológica dos caracteres formais da enunciação, sistematização essa

²¹Refiro-me aqui à seguinte passagem do texto de 1970: “Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média dos sons, distintos ou ligados” (BENVENISTE, 2006, p. 82).

que, conforme vimos, parece incorporar, em seu quadro formal, elementos relativos tanto à realização vocal da língua (basta lembrar que a “entonação” é considerada por Benveniste como um elemento constitutivo do aparelho de funções sintáticas da enunciação) quanto ao mecanismo de conversão da língua em discurso, composto de “índices específicos” e “procedimentos acessórios”. Desde esse prisma, cabe a pergunta: Em que medida esse terceiro aspecto da enunciação, uma vez considerado o alargamento teórico que ele promove do escopo enunciativo, já não contempla os dois aspectos sumariamente apresentados antes dele? Em outras palavras, podemos considerar que, de certa forma, os dois primeiros aspectos já não estão contidos na descrição formal efetuada no texto “O aparelho”?

Além disso, pensar sobre as “formas complexas do discurso” também nos leva a perguntar sobre o estatuto de certos atos linguísticos, tal como Benveniste o faz no texto de 1970 ao interrogar-se sobre os limites do diálogo em situações como o monólogo, o “*hain-teny*” e a “comunhão fática”. Podemos, por exemplo, mobilizar a análise enunciativa para as artes, e indagar: Sob a ótica da enunciação, qual é o estatuto do ato de cantar uma canção já cantada milhares de vezes? Ela é a cada vez uma nova canção? Em que medida podemos vislumbrar os rastros de subjetividade na performance de peças teatrais clássicas como as de Shakespeare, cujas mesmas falas já foram enunciadas incontáveis vezes por inúmeros atores, nos mais diversos lugares e épocas? Como se configura o processo de apropriação da língua nestes casos? Uma obra como *Dom Quixote*, mil vezes lida, faria surgir a cada vez um novo Quixote? Seria cada leitor da obra de Miguel de Cervantes, sob o viés enunciativo, um novo Pierre Menard²² a reescrever as aventuras

²² Faço aqui referência ao conto “Pierre Menard: autor de Quixote”, do escritor argentino Jorge Luis Borges. No conto, o narrador faz uma resenha crítica fictícia de uma tradução da obra original de Cervantes, feita pelo também ficcional Pierre Menard, e vê, nessa nova versão da obra, linha por linha idêntica à original, uma obra inteiramente nova.

do louco fidalgo e seu escudeiro? Em uma perspectiva ainda mais ampla, é possível articular o estudo da enunciação no seio de uma reflexão entre língua e sociedade? Existe a possibilidade de uma linguística da enunciação fundada na relação semiológica entre língua e sociedade?

Como podemos ver, muito ainda pode ser estudado sob o viés da enunciação. A enunciação é este estar do homem no mundo por intermédio da linguagem, ao colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização. Tudo o que diga respeito a essa relação fundante diz respeito à enunciação.

Referências

ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *ReVEL*, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 262-275, 2011.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BRESSAN, Nilvia Thaís Weigert. *O deserto de uma metassemântica esconde tamareiras em flor: o legado translinguístico de Émile Benveniste*. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARDOSO, Jefferson Lopes. *Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem*. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DE VOGÜÉ, Sarah. Culioli após Benveniste: enunciação, linguagem, integração. In: DE VOGÜÉ, Sarah; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes Editores, 1987.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. *A escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbios de linguagem. *Organon*, Porto Alegre, v. 23, n. 46, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição como modalidade de enunciação. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 61-75, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. *In: COLLISSCHONN, Gisela; BATTISTI, Elisa (org.). Língua e linguagem: perspectivas de investigação*. Pelotas: Educat, 2011. v. 1.

MELLO, Vera Helena Dentee de. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NAUJORKS, Jane da Costa. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

SURREAUX, Luíza Milano. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. 2006. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.